COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.456 DE 2009

Regulamenta o artigo 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado Vicente Arruda

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO REGIS DE OLIVEIRA

I – Relatório

O projeto de lei nº 5.456 de 2009, de autoria do SENADO FEDERAL, define o processo e seu julgamento da Representação Interventiva elencada pela Constituição Federal no artigo 36, inciso III. Aduz sobre os requisitos da petição inicial, estabelecendo os procedimentos para a oitiva de autoridades. Discorre, ainda, sobre a concessão de liminar, a prestação de informações, a produção de provas e, finalmente, as formas de decisão.

O ilustre deputado relator Vicente Arruda, votou pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de lei nº 5.456 de 2009.

É o relatório.

A proposta em questão atende aos pressupostos formais e materiais previstos na Constituição Federal e está em conformidade com os princípios e normas do ordenamento jurídico brasileiro.

É salutar este Projeto de Lei, pois a Representação Interventiva é uma medida de extrema importância para o ordenamento pátrio, conforme previsto na Constituição Federal, destinando-se ao controle da constitucionalidade da Intervenção Federal em Estados-membros, hipótese de constatação ao afrontamento dos princípios constitucionais sensíveis.

Segundo José Afonso da Silva, a Constituição é algo que tem, como forma, um complexo de normas (escritas ou costumeiras); como

conteúdo, a conduta humana motivada pelas relações sociais (econômicas, políticas religiosas, etc.); como fim, a realização dos valores que apontam para o existir da comunidade; e; finalmente, como causa criadora e recriadora, o poder que emana do povo. (Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros Editores, 2007).

Todas as espécies normativas devem existir, considerando válidas e sendo analisadas conforme dispõe a Constituição Federal. Observando é que se percebe que são constitucionais ou não, adentrando no controle de constitucionalidade para verificar a compatibilidade com a Constituição Federal.

Como ensina J. J. Gomes Canotilho, o Estado Constitucional democrático ficaria incompleto e enfraquecido se não assegurasse um mínimo de garantias e de sanções: garantias de observância, estabilidade e preservação das normas constitucionais, sanções contra atos dos órgãos de soberania e de outros não conformes com a constituição. A idéia de proteção, defesa, tutela ou garantia da ordem constitucional tem como antecedente a idéia de defesa do Estado, que, num sentido amplo e global, se pode definir como o complexo de institutos, garantias e medidas destinadas a defender e proteger, interna e externamente, a existência jurídica e fática do Estado. Desta forma, o objeto de defesa não é pura e simplesmente a defesa do Estado e sim da forma de Estado tal como ela é constitucionalmente formada. (Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 5º ed. Coimbra: Almedina, 2002).

Tenho, portanto, que é de suma importância a obrigatoriedade do cumprimento da decisão final, proferida pelo Poder Judiciário, no caso de procedência do pedido formulado na Representação Interventiva, pelo Presidente da República, para no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, dar cumprimento ao artigo 36, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal.

Com as considerações acima expendidas, acompanho o relator em suas conclusões. Entretanto, lembro novamente a importância na obrigatoriedade do cumprimento da decisão final, conforme estabelece o artigo 11, deste projeto, que deverá ressaltar a penalidade a que alude o inciso VII do art. 85 da Constituição Federal.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei nº 5.456 de 2009, e, **no mérito, por sua aprovação, na forma do relator, com a observação constante deste voto em separado**, nos termos do inciso XI, 15 do art. 57 do Regimento Interno.

Sala da Comissão 16 de março de 2010.

Deputado Regis de Oliveira